

SOCI ALIS

DOSSIER TEMÁTICO

NATALIDADE, ENVELHECIMENTO, MIGRAÇÕES

ENTREVISTA À REITORA DO ISCTE-IUL

PROPINAS, AÇÃO SOCIAL, IGUALDADE DE GÉNERO

JORNAL DO NÚCLEO DE ESTUDANTES DE SOCIOLOGIA DO ISCTE-IUL

Nº2 || FEVEREIRO 2019

ÍNDICE

3. Editorial

4. Dossier Temático

Natalidade, Envelhecimento, Migrações

12. Investigação Sociológica

16. Em Diálogo com...

22. Debate na Imprensa

24. Retratos – Ser sociólogo/a

27. Opinião

28. Atividades do Núcleo

29. As Nossas Sugestões

30. A Tua Voz

32. Agenda Sociológica

FICHA TÉCNICA

Edição NESISCTE | | **Coordenação Editorial** Rodrigo Rufino | | **Redação** Inês Pedro, José Veiga, Liliana Azevedo, Marco Carreira, Rodrigo Rufino | | **Colaborações Externas** Elsa Pegado, João Gil, João Mineiro, João Lopes, João Teixeira Lopes, Jorge Malheiros, Maria do Mar Pereira, Sónia Pintassilgo | |

Grafismo e Paginação Mariana Ferreira, Vânia Mendes | | **Ilustrações** Mariana Ferreira | | **ISSN 2184-447X**

Contactos Avenida das Forças Armadas | | ISCTE-IUL, Edifício 2, Cacifo 264 | | 1649-026 Lisboa

nucleosociologia.iscte@gmail.com

www.nesiscte.com

EDITORIAL

Mariana Ferreira



É com enorme satisfação que o NESISCTE lança a 2ª edição do *Socialis*, numa versão renovada e com periodicidade semestral. Pretendemos que seja um jornal apelativo, acessível a um público alargado e que contribua para um debate esclarecido sobre temas da atualidade. Contamos com contributos de professores/as e investigadores/as, sem deixar de dar voz às e aos estudantes que representamos.

O jornal abre com um *Dossier Temático* dedicado aos temas que estarão em debate nas 2ªs Jornadas de Sociologia, também organizadas pelo NESISCTE, dia 27 deste mês. Em *Investigação Sociológica* damos-vos a conhecer trabalhos sociológicos recentes. Avançando nas páginas, verão que estivemos *Em Diálogo*

com a reitora do ISCTE-IUL. Segue-se a rubrica *Debate na Imprensa*, onde passamos em revista um tema abordado na entrevista com Maria de Lurdes Rodrigues: as propinas. Os *Retratos* irão dar a conhecer, em cada edição, duas pessoas com percursos distintos, que têm em comum a formação em sociologia. *Opinião* retoma o ponto de vista de quem participou nos desafios mensais que vos lançamos. Não esquecemos de vos dar conta das *Atividades do Núcleo* no 1º semestre e deixamos-vos ainda *As Nossas Sugestões* de livros, filmes e teatro, para que possam ganhar tempo nos vossos tempos livres. Terminamos com a rubrica *A Tua Voz*, espaço dedicado às produções mais diversas de estudantes e que, nesta edição, conta com dois poemas e uma *Agenda Sociológica* de eventos que não irão querer perder.

Com os pés bem assentes no chão, agradecemos a quem deu o passo mais difícil de lançar a primeira pedra do jornal, e de olhos no futuro, ousamos reconfigurá-lo e dedicamo-lo aos e às estudantes de sociologia.

DOSSIER TEMÁTICO

OS DESAFIOS DA FECUNDIDADE

Sónia Pintassilgo

Docente da ESPP do ISCTE-IUL

Fertilidade, Natalidade e Fecundidade. Três conceitos abordados em contextos próximos, mas três conceitos muito diferentes entre si. A fertilidade representa o potencial de cada indivíduo para procriar e não é objeto da análise demográfica. A natalidade, que remete para os comportamentos globais da procriação de uma determinada população, não considera o efeito de estrutura das populações e a especificidade da população que tem filhos. É a análise da fecundidade que considera as características sociodemográficas dos progenitores e que, por isso, nos permite dar conta daquilo que é a ancoragem social dos comportamentos procriativos de uma determinada população, feminina ou masculina, ao longo do seu percurso fértil (delimitado em termos etários).

A fecundidade atual, em Portugal, é uma fecundidade que assume intensidades francamente baixas (ainda assim, em recuperação, desde há 4 anos) e calendários tardios, se comparados com um conjunto significativo de países europeus ou com as tendências nacionais de há umas décadas atrás.

Contudo, a análise deste fenómeno não pode ser reduzida a uma leitura simplista dos indicadores de intensidade e calendário. O valor de 1,37 filhos por mulher (indicador da intensidade da fecundidade) e o de 32 anos de média de idade das mulheres no nascimento dos filhos (indicador do calendário), apesar de permitirem uma leitura fina do fenómeno, não esgotam aquilo que se pode dizer sobre a fecundidade. Há, com efeito, um conjunto de determinantes que modelam esses resultados e que trazem/identificam nuances na sua abordagem.

Na verdade, este fenómeno reveste-se de uma grande complexidade e diferenciação, revelando, sobretudo desde a década de 1960, alterações profundas no tecido social português e contrariando a tradicional inércia dos fenómenos demográficos.

A Teoria da Transição Demográfica (1945), que surgiu com o intuito de explicar as dinâmicas da evolução e do crescimento demográfico das populações, conheceu, por isso, novas propostas, como a Teoria da Segunda Transição Demográfica, que identificam e aprofundam a análise das novas

tendências dos comportamentos demográficos e respetivas causas.

Voltando ao caso português, em termos regionais, verifica-se uma alteração dos fecundos. Se, tradicionalmente, era no Norte do país que se encontrava uma fecundidade mais elevada, atualmente, é na Área Metropolitana de Lisboa e na Região do Algarve (NUTS II) que se registam os níveis mais elevados de fecundidade. Por outro lado, a ordem do nascimento dos filhos determina muito os níveis de fecundidade, sendo que a reduzida intensidade resulta, sobretudo, de uma diminuta transição para o segundo filho, mais do que da transição para a parentalidade. Os indicadores que identificam a posição de classe da população fecunda mostram, também, que a população com recursos mais elevados assume um peso crescente no conjunto da população fecunda. A própria forma como se nasce é determinada por esses recursos, que se conjugam com o contexto conjugal e etário: são as mulheres mais velhas, casadas e com mais recursos aquelas que recorrem a contextos de nascimento mais institucionalizados e medicalizados. Outra tendência com uma expressão forte, na atualidade, é a dos nascimentos que ocorrem fora do casamento (cuja proporção é já superior a 50%) e, cada vez mais, sem coabitação (pelo menos declarada) dos pais.

Que desafios se colocam à análise de fecundidade em Portugal?

Em termos políticos, talvez o entendimento de que os níveis de fecundidade resultam de processos sociais complexos, remetendo para decisões de vida definitivas, associadas a um grande investimento decorrente do atual valor social da criança e dos filhos. Nesse sentido, a promoção de condições sociais como a da igualdade de género e a flexibilidade do mercado de trabalho, orientada para a conciliação trabalho-família, revelou-se, noutros países europeus, a Norte, também uma forma de promoção do direito à conceção abrangente, igualitária e suportada.



A nível científico, os desafios que se colocam são aqueles que remetem para a capacidade de medir e analisar de forma cada vez mais completa, integrada e multidimensional o fenómeno da fecundidade. Nesse sentido, seria desejável contar com fontes de informação quantitativas, de natureza oficial, ainda mais integradas e não perdendo o carácter de exaustividade que já possuem e que lhes confere qualidade. As abordagens qualitativas são, também, fundamentais, para assegurar a capacidade de 'olhar' para este fenómeno a partir de uma perspetiva multidisciplinar, abrangente e atendendo às perceções subjetivas dos indivíduos.

ENVELHECIMENTO, UM FENÓMENO COMPLEXO E DESAFIANTE

Liliana Azevedo

Doutoranda em Sociologia no CIES-IUL

Como é que as sociedades tratam os seus idosos? De veneráveis sábios a indesejáveis que consomem recursos, a sua imagem é tão diversa e plural quanto o seu perfil social.

Problema para uns, nomeadamente para os poderes públicos que veem nele um perigo para a sustentabilidade da segurança social e do sistema de saúde, o envelhecimento demográfico representa uma oportunidade, para outros. O sistema capitalista vende pletora de produtos e serviços que visam retardar o envelhecimento e torná-lo ativo, ao mesmo tempo que celebra a juventude e reforça estereótipos e preconceitos sobre as pessoas com mais idade.

Fenómeno fisiológico, psicológico, mas também social, de contornos imprecisos e fluídos, a velhice não é homogénea nem estática, contrariamente às representações que frequentemente lhe associamos e que remetem para um conjunto de vulnerabilidades, entre as quais doença, isolamento e perda de autonomia.

A velhice, à semelhança da infância e da juventude, é uma categoria que varia histórica e culturalmente. Noutras épocas, chegava-se a “velho” ou “velha” aos 40 ou aos 50 anos. Hoje, a entrada na “terceira idade” está associada aos 65 anos, idade de

reforma na maior parte dos países ditos desenvolvidos. Contudo, está novamente em debate a idade a partir da qual um indivíduo pode ser considerado idoso e há quem sugira distinguir entre “idosos juniores” (65-74 anos) e “idosos seniores” (> 75 anos).

Bourdieu considerava a idade uma categoria “socialmente manipulada e manipulável”. E de facto, a noção de “pessoa idosa” é difusa e engloba diferentes idades, consoante o ângulo de análise ou o tema em debate. Também não é raro colocar-se numa mesma categoria todas as pessoas de mais de 60 ou de 65 anos, criando assim artificialmente uma unidade de análise com pessoas de gerações diferentes, separadas por 20 ou 30 anos. Afinal, com que idade uma pessoa se torna idosa?

A realidade é que os indivíduos não atingem todos ao mesmo tempo a categoria “velhice”. Os percursos de vida, nomeadamente as trajetórias educativas e profissionais, são importantes para se compreender as disparidades em termos de saúde, mobilidade, rendimentos, consumos, etc. Importa também ter em conta a variável género, uma vez que mulheres e homens não envelhecem da mesma forma, nem têm a mesma longevidade. Em que medida as desi-

gualdades de género, observadas ao longo da vida ativa, no trabalho e na família, se refletem na fase inativa, em termos de rendimentos e saúde, por exemplo?

No plano internacional, Portugal surge como o sexto país mais envelhecido do

•

“OS INDIVÍDUOS NÃO ATINGEM TODOS AO MESMO TEMPO A CATEGORIA “VELHICE”. OS PERCURSOS DE VIDA, NOMEADAMENTE AS TRAJETÓRIAS EDUCATIVAS E PROFISSIONAIS, SÃO IMPORTANTES PARA SE COMPREENDER AS DISPARIDADES EM TERMOS DE SAÚDE, MOBILIDADE, RENDIMENTOS, CONSUMOS, ETC.”

•

mundo e o oitavo com a esperança de vida mais elevada à nascença. A aceleração do processo de envelhecimento que o país viveu nas últimas décadas é portanto, em parte, o resultado do progresso médico e científico que veio modificar a estrutura da mortalidade e se traduziu numa maior longevidade. Essa longevidade representa, porém, para um grande número de pessoas em idades mais avançadas, doenças crónicas e incapacitantes. Que políticas para aumentar a qualidade de vida na velhice e atenuar as desigualdades sociais, económicas e territori-

ais?

Outros fatores explicativos para o aumento da importância relativa da população envelhecida em Portugal são a baixa natalidade, por um lado, e a emigração, por outro. Observa-se que a saída de pessoas em idade ativa e fértil não tem sido compensada pela entrada, em número equivalente ou superior, de imigrantes nas mesmas faixas etárias. Pelo contrário, é agravada pela entrada de pessoas em idades mais avançadas, tanto emigrantes que retornam após uma vida de trabalho lá fora, como reformados europeus, que procuram sol, segurança e redução de impostos.

Quem são as pessoas idosas no nosso país? Em que condições vivem? Com que qualidade de vida? Como é que a nossa sociedade encara os mais velhos? Que papéis sociais lhes atribui? Que implicações em termos de finanças e políticas públicas comporta o envelhecimento da população portuguesa? São perguntas que nos obrigam a refletir sobre a sociedade que temos e a sociedade que queremos, para as pessoas mais velhas e para cada um/a de nós, num futuro mais ou menos próximo.

DESAFIOS DEMOGRÁFICOS EM PORTUGAL – REFLEXÕES BREVES SOBRE TENDÊNCIAS E RESPOSTAS (COM AS MIGRAÇÕES NO CENTRO)

Jorge Malheiros

Geógrafo no IGOT – Universidade de Lisboa

As tendências pesadas da demografia portuguesa para os próximos dois ou três decénios estão relativamente bem identificadas num conjunto de estudos demográficos publicados nos últimos anos¹:

i) as estruturas envelhecerão mais ainda, fruto da manutenção de níveis de fecundidade muito baixos (mesmo que se projete alguma recuperação a partir do próximo decénio) e da continuação do incremento na esperança de vida (que deverá aproximar-se dos 90 anos para as mulheres em 2060 e dos 84, para os homens), resultando isto num saldo natural geralmente negativo;

ii) o saldo migratório nacional tenderá para valores positivos (se a economia tiver um ritmo de crescimento que prolongue tendências passadas, situando-se entre 2 e 2,2% anuais), desempenhando um papel mitigador quer sobre o envelhecimento (mas não o invertendo), quer sobre a tendência para a regressão populacional do país.

Tendo em consideração este panorama, importa discutir quais os grandes desafios que resultam destas tendências e que efeitos podem as migrações ter nestas.

O primeiro destes consiste na redução do efetivo populacional do país que, sem migra-

ções, poderá aproximar-se dos 8 milhões de habitantes no início da segunda metade do século XXI. Esta evolução tem, desde logo, um efeito simbólico que está associado a “um país a encolher”. Uma redução populacional pode, no entanto, não ser negativa, se a posicionarmos numa lógica de relação entre população e recursos (menos população implica menor pressão sobre estes). Contudo,



a retração populacional não pode ser analisada de modo isolado e sem considerar contexto e implicações: uma redução rápida e muito significativa tem um impacto forte sobre as estruturas sociais e económicas. Ademais, se este processo for acompanhado pelo envelhecimento de uma estrutura demográfica que já não é jovem, então os desafios para o sistema de emprego ou de segurança social são relevantes, mesmo que viver mais tempo (com qualidade) seja positivo e traduza o progresso das sociedades. Este é, precisamente, o segundo desafio – continuar a adaptar o país a um nú-

mero crescente de “cabeças grisalhas” e fazê-lo de modo mais eficaz, acelerando o combate ao estigma que ainda recai sobre os “velhos”, numa sociedade que valoriza a cultura da velocidade, do novo e da juventude.

Para atenuar estes dois processos, um saldo migratório positivo é essencial, significando isto um retorno da emigração para valores próximos dos registados nos primeiros anos deste século (abaixo das 50 000 saídas anuais) e um incremento da imigração (incluindo regressos) para números situados entre 80 000 e 100 000 entradas por ano. É que, ao contrário da aposta na recuperação da fecundidade, que, respeitando a vontade das pessoas e os progressos na igualdade de



género, deve também ser incentivada pelo seu impacto na regeneração das sociedades, a valorização da imigração tem efeitos imediatos na colmatação de défices no mercado de trabalho e na geração de maior equilíbrio nos sistemas de pensões (a maioria dos imigrantes estão em idades ativas). E tem ainda um efeito indireto positivo sobre os nascimentos, porque à idade ativa corresponde, em larga medida, uma idade fértil...

Impõe-se, portanto, uma política pró-ativa de atração de imigrantes conjugada com um sistema de acolhimento e integração que não perca o balanço no que diz respeito à igualdade de direitos entre nacionais e estrangeiros, em todos os domínios. Dito isto, é importante encerrar lembrando que a sustentabilidade (demográfica e socioeconómica) de Portugal não depende apenas da imigração ou mesmo de um saldo migratório favorável: há que considerar uma perspetiva sistémica e relacional que articula migrações, fecundidade, produtividade e condições de participação no mercado de trabalho (esperança de vida, transição vida ativa-reforma, salários...).

¹A este propósito, ver, por exemplo, INE (2014), Documento Metodológico. *Projeções de população residente 2012-2060*. INE; Peixoto, J.; Craveiro, D.; Malheiros, J. e Oliveira, I.T. (2017) *Migrações e Sustentabilidade Demográfica*. Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa ou o site do projeto DEMOSPIN (http://www.ua.pt/getin/InvestigCientifica_DEMOSPIN).

2^{AS} JORNADAS DE SOCIOLOGIA

PENSAR O FUTURO

DESAFIOS DEMOGRÁFICOS E DISPARIDADES REGIONAIS

27 DE FEVEREIRO DE 2019
ISCTE-IUL, AUDITÓRIO JJ LAGINHA

9:30H-10H
SESSÃO DE ABERTURA

HELENA CARREIRAS | DIRETORA DA ESPP
JOÃO SEBASTÃO | DIRETOR DO CIES-IUL
MADALENA RAMOS | VICE-PRESIDENTE DA APS
EDUARDO CABRAL | PRESIDENTE DO NESISCTE

ABERTURA

10H-11:30H
NATALIDADE:
COMO DAR A VOLTA?

VANESSA CUNHA | INVESTIGADORA NO INSTITUTO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
MARIA DO ROSÁRIO FIDALGO | TÉCNICA SUPERIOR NA CITE –
COMISSÃO PARA A IGUALDADE NO TRABALHO E NO EMPREGO
MIGUEL CABRITA | SECRETÁRIO DE ESTADO DO EMPREGO

PAINEL 1

COFFEE BREAK

11:45H-13:15H
ENVELHECIMENTO:
DESAFIOS PRESENTES E FUTUROS

MARIA JOÃO VALENTE ROSA | PROFESSORA AUXILIAR NA
FCSH-UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
MARIANA RIBEIRO FERREIRA | VICE-PRESIDENTE DO GRACE,
RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA, EM REPRESENTAÇÃO
DA JOSÉ DE MELLO SAÚDE
CLÁUDIA JOAQUIM | SECRETÁRIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
SOCIAL

PAINEL 2

ALMOÇO

15H-16:30H
MIGRAÇÕES:
UMA RESPOSTA AOS
DESAFIOS DEMOGRÁFICOS?

DANIELA CRAVEIRO | INVESTIGADORA ASSOCIADA AO CENTRO
DE INVESTIGAÇÃO E DE INTERVENÇÃO SOCIAL DO INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO DE LISBOA
CATARINA REIS OLIVEIRA | DIRETORA CIENTÍFICA DO
OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES
RUI PENA PIRES | COORDENADOR CIENTÍFICO DO
OBSERVATÓRIO DA EMIGRAÇÃO

PAINEL 3

17H-18:30H
PROJEÇÃO DO DOCUMENTÁRIO
HABITAT (2013)

A SESSÃO CONTA COM O COMENTÁRIO DE JORGE MALHEIROS,
PROFESSOR ASSOCIADO NO INSTITUTO DE GEOGRAFIA E
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO - UNIVERSIDADE DE LISBOA

PROJEÇÃO

EM PARALELO AO EVENTO, TERÁ LUGAR UMA EXPOSIÇÃO TEMÁTICA NA BIBLIOTECA DO ISCTE-IUL.

ENTRADA LIVRE | INSCRIÇÃO EM WWW.NESISCTE.COM

INVESTIGAÇÃO SOCIOLÓGICA

O ESPECTRO DOS POPULISMOS

João Mineiro

Sociólogo, investigador e doutorando em antropologia no CRIA-IUL

De que falamos quando falamos de populismo? O que o caracteriza do ponto de vista social, cultural e político? Como pode ser interpretado? Deve ser combatido? Se sim, como? Estas foram algumas das perguntas colocadas por um conjunto de historiadores, sociólogos, economistas e antropólogos que acabaram de editar *O Espectro dos Populismos: ensaios políticos e historiográficos*².

Os termos populismo e populista são diariamente convocados no debate político e no espaço mediático, como forma de classificar adversários. O populismo é, portanto, um dispositivo adversarial. Mas a explosão de forças populistas, e a imprecisão e leviandade com que este termo tem sido usado no debate público, foram o pretexto para os autores deste livro debaterem os reais significados destes fenómenos.

Neste livro analisa-se o conceito, a história e a política do(s) populismo(s), a sua relação com a ideologia, as limitações de qualquer teoria geral, o seu valor instrumental para o centro político e para a direita, mas também as suas expressões entre a esquerda e os seus contextos geopolíticos. Devolvemos o

populismo à história, e questiona-se o populismo fascista e a sua natureza, bem como o espaço dos fascismos, no passado e no presente, perante a ausência de movimento revolucionário. Discute-se a continuidade ideológica da direita portuguesa, o salazarismo como cultura política e a sua vocação para a anulação da política. Articula-se o populismo com o(s) nacionalismo(s), discutindo as evidências instaladas do esfarelar dos Estados-nações e do esvaziamento das soberanias. Debate-se

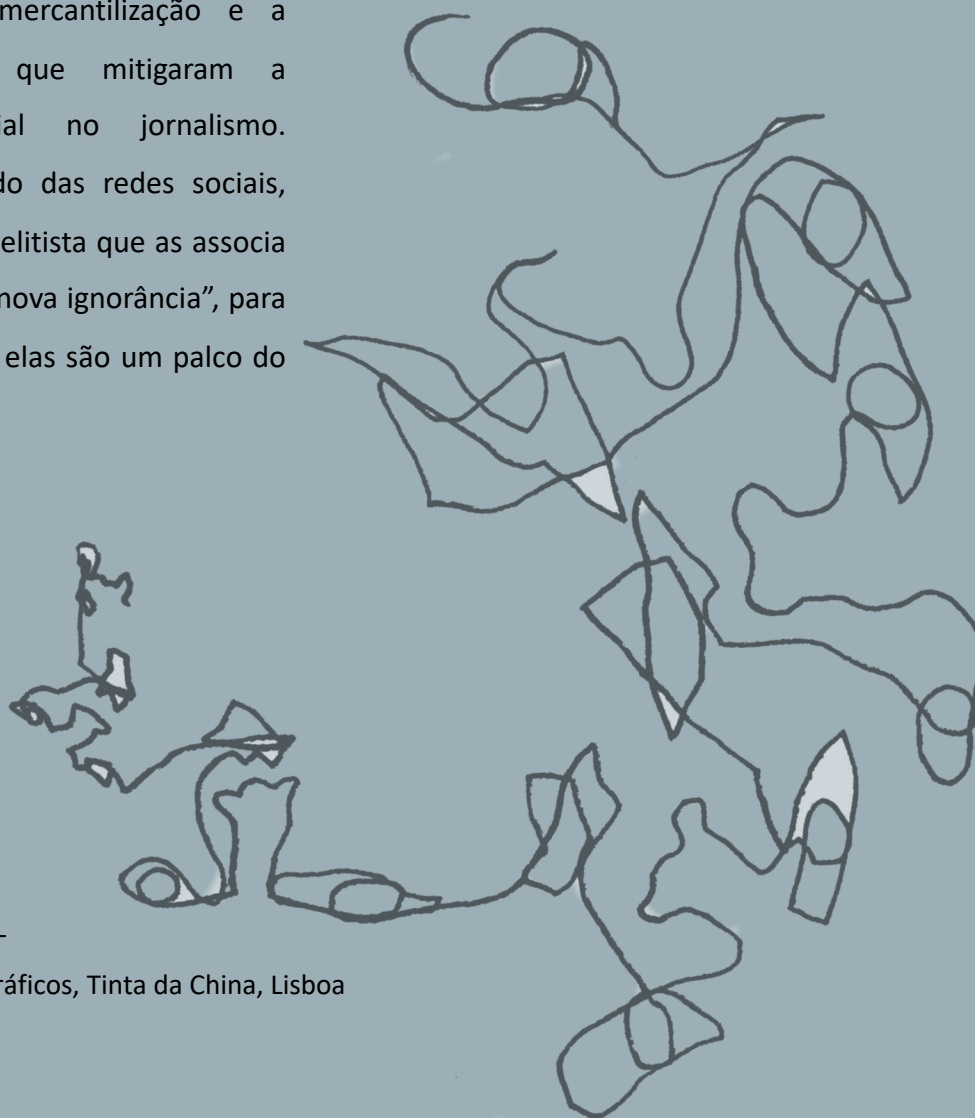
“VIAJANDO PARA O MUNDO DAS REDES
SOCIAIS, CRITICA-SE O DIAGNÓSTICO
ELITISTA QUE AS ASSOCIA À EMERGÊNCIA DE
UMA “NOVA IGNORÂNCIA”, PARA MOSTRAR
COMO TAMBÉM ELAS SÃO UM PALCO DO
CONFLITO SOCIAL.”

igualmente o populismo no quadro da globalização e do consenso neoliberal, questionando-o como mundividência primária que sustenta políticas, práticas e discursos seletivos e discriminatórios da liberdade de circulação das pessoas.

No meu caso procurei discutir o tempo do populismo e a sua relação com a obliteração da ideia de futuro, enquanto imaginário coletivo, para de seguida analisar como a era “pós-verdade” exige uma luta democrática que ocupe o terreno da comunicação e da produção de informação. Terreno, esse, onde nos órgãos de comunicação social prolifera uma classe de editocratas, que convive plenamente com a mercantilização e a precarização laboral que mitigaram a responsabilidade social no jornalismo. Viajando para o mundo das redes sociais, critica-se o diagnóstico elitista que as associa à emergência de uma “nova ignorância”, para mostrar como também elas são um palco do conflito social.

Conclui-se com a relação entre o populismo e a espectacularização da política, um processo assente numa diferenciação crescente entre quem tem o monopólio dos meios de produção do fenómeno político, e a esmagadora maioria das pessoas, remetida ao estatuto de espectadoras ou figurantes de uma democracia cerimonial e encenada.

Pensar o populismo nos seus diversos significados políticos e históricos foi o desafio a que nos propusemos. Nos tempos que correm ninguém pode ficar indiferente às novas tiranias que assombram o mundo.



²AAVV (2018),

O Espectro dos Populismos –

Ensaio Político e Historiográfico, Tinta da China, Lisboa

O RECURSO ÀS MEDICINAS COMPLEMENTARES E ALTERNATIVAS

Elsa Pegado

Investigadora do CIES-IUL e Professora Auxiliar Convidada no ISCTE-IUL

As Medicinas Complementares e Alternativas (MCA) incluem um conjunto diversificado de terapias ou medicinas que têm em comum o facto de se demarcarem da chamada medicina convencional e de proclamarem a posse de um corpo de saberes mais ou menos sistematizado sobre a saúde e a doença, orientador das práticas terapêuticas. Em Portugal, as MCA gozam de

uma visibilidade social crescente, atestada pelo aumento da oferta de cuidados de saúde, pela proliferação de espaços de comercialização de produtos a elas associados (os chamados produtos naturais) e pela presença crescente nos meios de comunicação social. A regulamentação da prática destas medicinas por parte de terapeutas não-médicos é recente e abrange a medicina tradicional chinesa, a acupuntura, a homeopatia, a naturopatia, a fitoterapia, a osteopatia e a quiropraxia.

Como é que a sociologia pode produzir conhecimento sobre este fenómeno? De entre vários ângulos de estudo possíveis, desenvolvi uma investigação focada no recurso às MCA: quem recorre? Por que razões? Como é que as MCA se inscrevem nas

“O RECURSO ÀS MCA NÃO SE TRADUZ, POIS, NO DECRÉSCIMO DA PROCURA DA MEDICINA CONVENCIONAL, PELO QUE PARECEM SER PREMATURAS AS TESES DE QUE REPRESENTA UMA AMEAÇA À DOMINAÇÃO MÉDICA E AO PODER DA PROFISSÃO.”

“AS MEDICINAS COMPLEMENTARES E ALTERNATIVAS (MCA) INCLUEM UM CONJUNTO DIVERSIFICADO DE TERAPIAS OU MEDICINAS QUE TÊM EM COMUM O FACTO DE SE DEMARCAREM DA CHAMADA MEDICINA CONVENCIONAL (...)”

trajetórias terapêuticas? Como se articulam com a medicina convencional? Para responder a estas questões, foi adotada uma estratégia de investigação plurimetodológica, recorrendo a inquéritos por questionário e entrevistas semi-diretivas.

Um dos principais resultados da pesquisa é a constatação da diversidade de perfis sociais dos utilizadores de MCA, ou seja, o recurso não é circunscrito a grupos sociais específicos. Tal não obsta a que se verifiquem regularidades, traduzidas numa ligeira prevalência das mulheres, dos mais velhos, dos mais escolarizados e dos que residem em contexto urbano, em consonância com o verificado em pesquisas realizadas em outros países da Europa e nos EUA e Canadá.

Esta diversidade estende-se aos modos de envolvimento com as MCA. O principal resul-

tado da pesquisa é a construção, a partir de cerca de 30 entrevistas a utilizadores das MCA, de uma tipologia que integra quatro modos de relação com as MCA, cruzando dois eixos estruturantes (o recurso a estas medicinas e o recurso à medicina convencional): *convicção*, *ecletismo*, *experimentalismo* e *complacência*.

Os resultados apontam para três conclusões a destacar. Primeiro, evidencia-se a diversidade de práticas e lógicas sociais que caracterizam o envolvimento com as MCA, contrariando as análises que tendem a qualificar os seus utilizadores como um grupo social e culturalmente homogéneo. Segundo, demonstra-se que uma análise relevante e frutífera sobre o recurso às MCA deve incluir a relação com a medicina convencional, dado que este ocorre num contexto de dominação biomédica, contrapondo-se às abordagens exclusivamente focadas nas MCA. Terceiro, verifica-se que em nenhum dos modos de relação há uma completa ausência de recurso à medicina convencional. Aliás, salvo raras exceções, esta é o ponto de partida das opções terapêuticas que se vão fazendo. Em todos os casos, os indivíduos incorporam, de formas diferenciadas, elementos dos dois sistemas terapêuticos. O recurso às MCA não se traduz, pois, no decréscimo da procura da medicina convencional, pelo que parecem ser prematuras as teses de que representa uma ameaça à dominação médica e ao poder da profissão.

“COMO É QUE A SOCIOLOGIA PODE PRODUZIR CONHECIMENTO SOBRE ESTE FENÓMENO? DE ENTRE VÁRIOS ÂNGULOS DE ESTUDO POSSÍVEIS, DESENVOLVI UMA INVESTIGAÇÃO FOCADA NO RECURSO ÀS MCA”

EM DIÁLOGO COM...

Professora Maria de Lurdes Rodrigues

Reitora do ISCTE-IUL

No primeiro ano do mandato de reitora do ISCTE-IUL, o Socialis foi falar com a Professora Maria de Lurdes Rodrigues, primeira mulher a assumir o mandato de reitora do ISCTE-IUL, após o que diz terem sido 12 anos de “discriminação negativa das mulheres” com a reitoria a ser “constituída apenas por homens”. Quisemos também ouvir o que tinha para dizer acerca do debate das propinas e da ação social, após uma convenção que relançou para a esfera pública estas reflexões. A entrevista completa poderá ser lida no site do [NESISCTE](#).



D.R.

SOCIALIS: O debate sobre as propinas tem-se intensificado ao longo destes últimos meses, com várias personalidades a tomarem posição na esfera pública. Qual é a sua opinião em relação a este assunto?

Maria de Lurdes Rodrigues: [...] A forma como eu me coloco neste debate é tentar perceber se as propinas são ou não um obstáculo ao alargamento do acesso ao ensino superior, porque o que nós podemos verificar nos últimos anos é que houve uma espécie de estagnação do acesso ao ensino superior. Atingimos um determinado patamar: são mais ou menos 40% dos alunos em idade de estar no ensino superior que acedem; há 60% que não acedem, e a questão é, nos outros países é a situação inversa, esta percentagem é da ordem dos 60%. E em Portugal nós podemos colocar várias questões, a primeira é: queremos ou não, necessitamos ou não, de ter patamares

de qualificação iguais aos outros países da Europa? E a resposta é sim. Nós queremos ser como os outros países da Europa, queremos ter uma maioria de população jovem e adulta qualificada com nível de ensino superior. Então se esse é um objetivo, nós necessitamos de refletir porque é que nos últimos anos progredimos tão pouco. Porque já sabemos hoje que em 2020, quando terminar o prazo estabelecido na União Europeia para atingir determinados níveis de qualificação, não vamos atingir esses níveis de qualificação. Então a reflexão a fazer é: porquê? Quais são os obstáculos? O que é que o nosso sistema tem de diferente dos outros países que nos impede de atingir esses objetivos? [...] Se nós tivermos em conta o facto de Portugal ser um país desigual, o facto de os salários médios serem relativamente baixos, não podemos deixar de refletir sobre as propinas. Elas são ou não um

obstáculo a este alargamento? E essa reflexão e essa análise têm de ser feitas e se as propinas são de facto um obstáculo ao alargamento, se elas constituem um obstáculo a que mais alunos possam frequentar, então devemos ponderar a sua remoção, ou não, e em que condições as propinas podem, ou não, ser removidas. E, portanto, como eu tenho a convicção de que as propinas são de facto um obstáculo a esse alargamento, são um obstáculo, entre outros: o alojamento também é, as dificuldades de alojamento e o facto de haver muitos estudantes em mobilidade, deslocados. [...]

SOCIALIS: *A redução ou a eliminação das propinas são medidas viáveis do ponto de vista financeiro? Por exemplo, se não houvesse propinas, que impacto isso teria na sustentabilidade e na qualidade de ensino do ISCTE-IUL?*

MLR: Bom, no caso do ISCTE-IUL, como das outras universidades, se se abolirem as propinas é necessário substituir esse financiamento, não é? É necessário substituir por financiamento público, não vejo outra maneira de substituir esse financiamento. Quando se fazem contas globais isso é possível, não estamos a falar da duplicação do esforço público. [...] E, portanto, se se abolissem as propinas no primeiro ciclo significa que o esforço que o Estado tinha de fazer era mais ou menos desta ordem de grandeza: significa que era passar de mil e du-

zentos milhões para mil e quinhentos milhões. Isto é uma questão de escolha. [...] Portanto não é um esforço impossível o Estado fazer, não estamos a falar de valores absurdos, não é? São estes os valores de que estamos a falar e, portanto, isto são escolhas políticas.

■

“QUEREMOS OU NÃO, NECESSITAMOS OU NÃO, DE TER PATAMARES DE QUALIFICAÇÃO IGUAIS AOS OUTROS PAÍSES DA EUROPA? A RESPOSTA É SIM.”

■

SOCIALIS: *Na sua opinião, as universidades devem ou podem apostar mais nas medidas de ação social?*

MLR: Depende das universidades. Há universidades que geram receitas próprias e outras que vivem com mais dificuldade. A desigualdade não afeta só os cidadãos, afeta também as instituições. [...] A Universidade de Lisboa tem cinco vezes mais alunos do que o ISCTE-IUL. [...] Todavia, o financiamento público para a Universidade de Lisboa é dez vezes mais do que o financiamento público para o ISCTE-IUL, dez vezes mais! O ISCTE-IUL recebe mais ou menos vinte milhões de euros de financiamento público e a Universidade de Lisboa recebe duzentos milhões de euros. E,

portanto, a capitação por aluno dá uma grande diferença. [...] As universidades não são todas iguais, têm recursos muito diferentes e, portanto, as possibilidades de se comprometerem com programas de ação social também depende dos recursos que são gerados e depois das escolhas que são feitas.

■

**“NÃO PODEMOS COLOCAR A EXISTÊNCIA OU
NÃO DA AÇÃO SOCIAL NA DEPENDÊNCIA DOS
RECURSOS DAS UNIVERSIDADES, PORQUE AS
UNIVERSIDADES TÊM RECURSOS MUITO
DIFERENCIADOS.”**

■

E, portanto, o ISCTE-IUL tem uma situação *sui generis*, é uma instituição muito equilibrada do ponto de vista financeiro, mas o facto de sermos menos financiados com dinheiros públicos coloca-nos numa situação de grande dependência das propinas, por um lado, e, por outro lado, com condições de trabalho para os nossos docentes que são condições piores do que em outras universidades. [...] Os professores não só têm mais alunos, como trabalham mais horas, como têm tido menos oportunidades de progressão na carreira; e o equilíbrio financeiro do ISCTE-IUL tem sido feito com estas condições. Por outro lado, temos um enorme dinamismo, somos a melhor universidade ao nível dos mestrados

e, portanto, como há uma maior possibilidade de aumentar as propinas de mestrados temos, de facto, tido aqui uma situação em que os mestrados pagam as licenciaturas, pagam o défice de financiamento público nas licenciaturas e nos outros ciclos de ensino. E, portanto, tem havido uma gestão. Isso faz com que sejamos muito bons ao nível das ofertas formativas de segundo ciclo, ao nível dos cursos de mestrado, o ISCTE-IUL é a melhor universidade, mas com estas dificuldades de que vos dou conta. Portanto, a ação social devia de facto ser uma prioridade... As políticas de ação social têm de ser nacionais, porque isso é que é a garantia de universalidade [do acesso ao ensino superior]. Não podemos colocar a existência ou não da ação social na dependência dos recursos das universidades, porque as universidades têm recursos muito diferenciados. [...] Os critérios para a ação social devem ser universais e todos os alunos de todas as universidades devem poder ter acesso e a única forma de o garantir é ter um sistema centralizado, da responsabilidade do Estado, que define critérios universais, iguais para todos, seja qual for a universidade. Hoje em dia, até nos privados os alunos podem ter ação social. E isso é correto, não é?

SOCIALIS: Tomou posse em março de 2018; que balanço é que nos pode fazer sobre este primeiro ano e quais são as prioridades para este mandato?

MLR: [...] [S]ão três os nossos grandes objetivos maiores, digamos assim: aprofundar a interdisciplinaridade e criar novas áreas de trabalho que reúnam todas as escolas, a integração do IMT (Instituto da Mobilidade e dos Transportes) para instalar os centros de investigação e dar-lhes uma outra visibilidade para a cidade e as residências dos estudantes.

■

“A ÁREA DE ATIVIDADE EM QUE SENTI MAIOR DIFICULDADE POR SER MULHER FOI JUSTAMENTE NA POLÍTICA. NA POLÍTICA... PORQUE AS MULHERES QUANDO ESTÃO NESTES ESPAÇOS ESTÃO, EM REGRA, MUITO SOZINHAS.”

■

SOCIALIS: Enquanto mulher, quais são as principais dificuldades que encontra ao assumir um cargo mais alto, tanto no meio académico como na esfera política?

MLR: No meio académico não existem muitos problemas. O meio académico é maioritariamente constituído por professoras. O que temos é, de facto, poucas mulheres depois nos lugares de direção. Reparem, aqui no ISCTE-IUL, estiveram durante 12 anos seguidos, direções ou reitorias constituídas só por homens. Isso é que é uma anormalidade, não é? Isso é que não é

uma coisa razoável, sobretudo quando há tantas colegas [mulheres]. E portanto, isso hoje acho que está em vias de resolução, as mulheres também têm que aceitar os desafios da liderança, não é? Nós vamos ter uma mulher presidente do Conselho Científico, vamos ter uma mulher presidente do Conselho Pedagógico, temos já uma mulher na reitoria e vamos... temos uma não, temos até mais na reitoria propriamente, como vice-reitoras, mas estou eu como reitora. E o que eu espero é conseguir estimular, desafiar as minhas colegas para aceitarem os lugares de responsabilidade, aceitarem esses desafios. [...] Mas ao longo da minha carreira, como académica, como dirigente nos vários lugares de responsabilidade e até como governante, a área de atividade em que senti maior dificuldade por ser mulher foi justamente na política. Na política... porque as mulheres quando estão nestes espaços estão, em regra, muito sozinhas. Na política, é muito mais fechado e quando se assumem estes lugares de responsabilidade, é preciso, para

■

“TEMOS QUE, DE FACTO, NÃO APENAS TER UM DISCURSO OU UMA VISÃO SOBRE AS QUESTÕES DA IGUALDADE DE GÉNERO, MAS TER UMA PRÁTICA”

■

compreender verdadeiramente as dificuldades, é preciso ter presente que se chegou a esses lugares por razões excecionais e que às mulheres, não lhes pode ser exigido que sejam excecionais para chegar onde homens normais chegam, não é? Tem que ser mais natural, mais normal a presença de mulheres na vida política.

SOCIALIS: O ISCTE-IUL aderiu recentemente ao projeto SAGE (Systematic Action for Gender Equality), portanto, adotou um plano para a igualdade de género. Quais foram as motivações para tomar esta medida?

MLR: As motivações são as obrigações de cidadania. Quer dizer, temos que, de facto, não apenas ter um discurso ou uma visão sobre as questões da igualdade de género, mas ter uma prática. É muito importante no nosso dia a dia resistir, estar atentos a isso [...] Às vezes não é fácil. Mas temos que, to-

ta como reitora do ISCTE-IUL. O que é que significa para si assumir esse cargo?

MLR: Significa muito porque, reparem, eu tive várias conversas com o anterior reitor e umas das situações que tinha referido muitas vezes era que não era aceitável que a reitoria fosse constituída apenas por homens. [...] E, para mim, teve esse significado, porque ainda por cima está nos estatutos do ISCTE-IUL que a reitoria promoverá a igualdade de género. Mas depois não promovia a igualdade de género. E, portanto, para mim isso foi muito importante, era dar um sinal também às minhas colegas de que era possível, de que devíamos, de que há aqui uma responsabilidade. Teve, para mim, um significado particular porque eu estava muito incomodada há vários anos com o facto do ISCTE-IUL ser pouco sensível à igualdade de género nos órgãos de topo e de gestão da universidade. E, portanto, também impus a

“[SER ELEITA REITORA] TEVE, PARA MIM, UM SIGNIFICADO PARTICULAR PORQUE EU ESTAVA MUITO INCOMODADA HÁ VÁRIOS ANOS COM O FACTO DO ISCTE-IUL SER POUCO SENSÍVEL À IGUALDADE DE GÉNERO NOS ÓRGÃOS DE TOPO E DE GESTÃO DA UNIVERSIDADE.”

dos os dias, quando tomamos decisões que envolvam painéis de discussão, grupos de trabalho, nomeação para lugares de responsabilidade, ter presente que essa é uma exigência.

SOCIALIS: Foi a primeira mulher a ser elei-

mim mesma às tantas dizer: não só me vou candidatar como formarei uma reitoria com mulheres porque elas existem, estão aqui. E isto não é nada contra os meus colegas homens, como é evidente, nada contra eles, mas é criar aqui um espaço em que se respire de maneira diferente.

SWEAT DOS **SUPER-SOCIÓLOGOS.**

TREMES DE MEDO, MAS NÃO TREMAS

DE FRIO!



LEVA AS TUAS COISAS UMA E OUTRA VEZ.

É **SOCIOLOGIA** QUE NUNCA MAIS ACABA...

"PARA O ADVOGADO, O ESSENCIAL CONSISTE EM SABER
COMO A LEI CONSIDERA UM CERTO TIPO DE CRIMINOSO;
PARA O SOCIÓLOGO, É IGUALMENTE IMPORTANTE SABER
COMO O CRIMINOSO CONSIDERA A LEI."

- ADÉRITO SEDAS NUNES (1982)

WWW.NESISCTE.COM



NESISCTE



*O saco estará à venda nas 2^{as} jornadas de sociologia. Haverá também um formulário de demonstração de interesse para a *Sweat*, que será também disponibilizado online. Como sempre, os sócios do NESISCTE têm desconto.

DEBATE NA IMPRENSA

PROPINAS

Marco Carreira

Membro da Redação

Após negociações entre o Bloco de Esquerda (BE) e o Governo, Mariana Mortágua, deputada do BE, anunciou na manhã de 13.10.2018 que, no próximo ano letivo, a redução de 20% (212 euros) do teto máximo atual das propinas (1068 euros) para os alunos em 1º ciclo e Mestrados Integrados do Ensino Superior estava declarada no Orçamento de Estado para 2019 (OE2019) (*em Jornal de Notícias 13.10.2018*).

O acontecimento rapidamente gerou polémica e discórdia. Catarina Martins, Coordenadora Nacional do BE, considera que o ensino deve ser “universal” e que tal só acontecerá “se não houver propinas, para que toda a gente possa vir estudar” (*em SOL 08.01.2019*), afirmando que “o caminho para o fim das propinas é absolutamente possível” e que “já no próximo ano as propinas vão descer 212 euros no próximo ano letivo” (*em Jornal de Notícias 08.01.2019*). O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor, e o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, mostraram-se favoráveis ao fim das propinas durante a Convenção Nacional do Ensino Superior 2030, no ISCTE-IUL a 07.01.2019. No entanto, Manuel Heitor esclareceu que o fim das propinas só será

executável de forma faseada se a escolaridade obrigatória for alargada até aos 21 anos e através de fundos da UE (*em Jornal de Notícias 27.01.2019*) e que a habitação, para os alunos deslocados, “é cada vez mais a questão crítica” uma vez que as propinas têm um peso “entre 15% e 20%” nas despesas globais (*em Público 29.01.2019*). A mesma posição toma o Primeiro Ministro, António Costa, concordando que, “mais importante do que o custo da propina, é o custo do alojamento” (*em Jornal de Notícias 11.01.2019*). Já o Presidente da República, ainda que tenha sido favorável à existência de um regime de propinas em 1997, quando era líder do PSD, afirma que a sua posição atual se deve ao facto de os últimos 20 anos mostrarem “que o país não recuperou o seu atraso nas qualificações como seria desejável”, sendo necessário repensar o acesso e financiamento do Ensino Superior (*em Expresso 09.01.2019*).

Mas nem todos têm uma opinião favorável. O antigo ministro da Educação, Eduardo Marçal Grilo, responsável pela projeção do atual modelo de financiamento do Ensino Superior, afirma que “aqueles que andam a dizer que isto é para apoiar os pobres estão enganados. Isto é para apoiar os ricos”, realçando que “a Ação Social Escolar deve ser muito reforçada” para cobrir mais jovens

estudantes (*em Público 10.01.2019*). Também Rui Rio, atual líder do PSD, se manifesta contra afirmando que “**não é correto que as famílias dos jovens que não andam no ensino superior acabem por pagar, através dos impostos**” os custos daqueles que andam, dizendo que se deve investir nas bolsas de estudo (*em SOL 08.01.2019*). Também João Sàágua, reitor da Universidade Nova de Lisboa, afirma que a medida “**é demagógica e tem efeitos perversos**” porque irá beneficiar tanto os alunos com mais recursos financeiros como os alunos com mais dificuldades, realçando a importância de aumentar as verbas dos Serviços de Ação Social (*em SOL 07.01.2019*). Face a esta aposta na redução das propinas, com possível impacto na atribuição das bolsas, Ana Costa Freitas, reitora da Universidade de Évora, considera “**aberrante**” e “**inadmissível**” que a medida possa resultar na diminuição de apoios sociais (*em Diário do Campanário 30.01.2019*).

PROPINAS É O TEMA DE DEBATE MENSAL DE
FEVEREIRO DO SOCIALIS ONLINE. TAMBÉM TU PODES
ENVIAR A TUA OPINIÃO SOBRE ESTE E OUTROS TEMAS
E VÊ-LA PUBLICADA NO SITE DO NESISCTE. FICA
ATENTO, PORQUE NÓS TAMBÉM ESTAMOS!



RETRATOS

SER SOCIÓLOGA

Maria do Mar Pereira

Professora Associada na Universidade de Warwick, Reino Unido

Escrevo este texto no meu gabinete no Centre for the Study of Women and Gender da Universidade de Warwick, onde trabalho desde 2013 como Professora Associada de Sociologia. Sou responsável pelos cursos de Estudos sobre as Mulheres, de Género e Feministas (EMGF), área em que fiz o doutoramento em 2011, na *London School of Economics*. Também em Portugal temos vários cursos de EMGF. Mas para conseguir emprego académico estável em EMGF tive de deixar o país há mais de uma década. A emigração tem sido, para mim, paradoxal: a passagem pelo estrangeiro está a ser bem-sucedida, mas traz-me alguma tristeza.

Foi em Portugal que descobri o género, nas salas do ISCTE-IUL, em manifestações pela rua fora e em reuniões pela noite dentro com companheirxs e coletivos feministas. Mas em Portugal descobri também muitos obstáculos à investigação feminista. Quando vim para Inglaterra, tudo mudou. A academia britânica não é de todo perfeita em termos de igualdade de género, mas os EMGF estão aqui solidamente institucionalizados, e portanto não é necessário justificar continuamente a pertinência científica da

área. Foi neste contexto, e nessa euforia, que escrevi o meu segundo livro *Power, Knowledge and Feminist Scholarship* (Routledge, 2017), uma etnografia da academia em Portugal. Constatei nesse estudo que muitxs colegas dentro e fora da



D.R.

“CONSTATEI NESSE ESTUDO QUE MUITXS COLEGAS DENTRO E FORA DA SOCIOLOGIA TÊM SIDO PROFUNDAMENTE CONDICIONADXS PELO SEXISMO, HOMOFOBIA OU RACISMO QUE AINDA CARACTERIZA AS UNIVERSIDADES PORTUGUESAS.”

Sociologia têm sido profundamente condicionadxs pelo sexismo, homofobia ou racismo que ainda caracteriza as universidades portuguesas.

Mas estar emigrada não trouxe só oportunidades; traz também todos os dias o desalento de não poder trabalhar em Portugal. Perguntam-me muitas vezes se gostaria de voltar. “Claro que sim”, respondo... mas não havendo emprego científico estável, que condições existem para isso? Sou apenas uma entre muitxs cientistas emigradxs, e esta situação constitui um dos grandes desafios que se coloca agora à nossa disciplina. Emigrar ajuda a fortalecer as carreiras individuais, mas uma emigração tão numerosa fragiliza a Sociologia portuguesa. Como é que, então, nos podemos articular internacionalmente para criar em Portugal melhores condições de trabalho científico, e um ambiente mais fértil para o desenvolvimento de uma sociologia feminista e crítica, numa altura em que ela é tão necessária? Este é um desafio difícil... mas felizmente há muitxs colegas – em Portugal e emigradxs – dispostxs a enfrentá-lo.³

³Para uma discussão mais aprofundada destes temas, ver Pereira, Maria do Mar (2018), “As (Não) Singularidades de uma Rapariga Emigrada”, *Faces de Eva: Estudos sobre as Mulheres*, 39, 177 – 182.

SER SOCIÓLOGO

João Teixeira Lopes

Professor na FLUP e Presidente da APS

O que me levou a estudar Sociologia foi, antes de mais, uma enorme curiosidade pelo contemporâneo. Em segundo lugar, uma influência forte do meu pai, grande apreciador das ciências sociais. Em terceiro lugar, uma disposição, com origem familiar, de sensibilidade face às injustiças e às desigualdades. Finalmente, não menos importante, a minha professora de Sociologia no secundário, Manuela Amaral, que, mesmo sendo filósofa de formação, incutia um grande apego à imaginação e ao sentido crítico a partir das interrogações sociológicas.

Todas as competências adquiridas enquanto sociólogo se revelaram muito úteis nas funções culturais e políticas que fui desempenhando. Algumas disposições, se fortes e ativadas por contextos favoráveis, são transferíveis entre várias esferas da vida. A adesão aos factos, para falar de modo claro; o sentido crítico; a análise de informação a partir de várias fontes; a preocupação com a radicalidade (isto é, procurar a génese e as metamorfoses dos fenómenos), tentando não ficar pelas aparências; uma certa vontade, confesso, em desiludir o instituído, as versões oficiais e ainda uma desconfiança metódica face ao po-

der - tudo isso aprendi com a socialização sociológica.

A Sociologia Portuguesa tem duas grandes características distintivas: preocupa-se com a diversidade de perfis profissionais dos sociólogos e por isso tem recusado, e bem, cair em visões corporativas (como a de criação de uma ordem) ou de *a priori* essencializados entre academia e mundo exterior. Por outro lado, é pluriparadigmática e aberta às mais variadas e ricas influências.

Quanto à APS, que presido, realçaria o extraordinário trabalho das equipas de docentes e estudantes universitárias de todo o país que se têm deslocado a dezenas de escolas secundárias para apresentar sessões sobre a perspetiva sociológica. O sucesso é tal que se multiplicam os convites, alguns para escolas de territórios mais recônditos onde temos sido muitíssimo bem recebidos.

Por outro lado, no dia 4 de abril, em local ainda a definir, realizaremos um encontro de reflexão sobre o atual ciclo de políticas públicas de ciência e desenvolvimento, retomando um exercício que fizemos em 2015. Tal como nessa altura, estamos a trabalhar em rede com associações científicas diversas, ordens profissionais, sindicatos e movimentos sociais.

Em terceiro lugar, promoveremos, no próximo ano, em data e local a determinar, um encontro sobre as profissões de sociólogo, procurando envolver colegas de

dentro e de fora da academia.

Finalmente, é nossa intenção levar a cabo um programa de disseminação da sociologia nas redes sociais. Para tal, produziremos materiais audiovisuais com intuítos pedagógicos e cívicos. Não podemos abandonar aos populismos e aos discursos irracionais esta arena comunicativa.



D.R.

“TODAS AS COMPETÊNCIAS ADQUIRIDAS ENQUANTO SOCIÓLOGO SE REVELARAM MUITO ÚTEIS NAS FUNÇÕES CULTURAIS E POLÍTICAS QUE FUI DESEMPENHANDO.”

A versão liberal da democracia sustém-se em pelo menos três idealismos irreais: (1) que é possível assegurar direitos através de documentos oficiais que os consagrem; (2) que a democracia se pode basear em votos e representantes; (3) que a liberdade é real mesmo sendo abstrata (ou seja, que alguém é livre mesmo não tendo os meios para consumir essa liberdade). Este raciocínio não só falha sistematicamente, como muitas vezes é deliberadamente usado para manipular os mais incautos.

E porque falha este raciocínio? Uma das razões é seguramente a incompatibilidade entre democracia e capitalismo. Certamente que em algumas fases pode parecer que ambos se aproximam, mas a tendência geral é sempre a mesma - a voracidade -, pois a acumulação baseada no interesse próprio é o motor da economia. Isto faz-nos cair ciclicamente nos mesmos problemas. Ora, o combustível deste motor é a desigualdade (exploração).

Com isto chegamos ao ponto: democracia sem igualdade é um mito, pois os privilegiados têm sempre mais poder - visível ou invisível - para influenciar as decisões. É este o dilema liberal autodestrutivo em que mais uma vez nos encontramos, pois as crises económicas levantam o tapete e destapam esta tensão que sempre esteve presente. É isto que leva ao crescimento do populismo e à legitimação da extrema-direita.

Perante esta situação, podemos sempre ficar a defender a moderação e as instituições "democráticas", mas das duas uma: (1) ou achamos que é possível manter esta tensão sob controlo para sempre, (2) ou achamos que é com elas que vamos conseguir alguma transformação realmente libertadora. Mas isto são posições vãs, pois (1) a tensão eventualmente explode, como já explodiu no passado e como cada vez mais dá sinais de aviso, e (2) quem tem mais poder vai sempre ser melhor representado e defendido, sendo que as próprias instituições geram interesses contrários a essa libertação.

Assim, temos duas opções: acabar com o que resta da democracia liberal e ceder ao autoritarismo ditatorial e discriminatório, ou pensar e construir uma sociedade que seja materialmente igualitária, para que uma democracia real nela possa existir e sobreviver. Resta-nos escolher.

ATIVIDADES DO NÚCLEO

QUIZ NIGHT
23OUT'18



D.R

A 2ª Edição do NESQuiz foi uma noite de diversão onde alguns estudantes de sociologia (e não só!) puderam colocar os seus conhecimentos de Cultura Geral em prática.

SUNSET HALLOWEEN
31OUT'18



D.R

O Sunset de Halloween do NACP e do NESISCTE foi uma noite de convívio inesquecível! Apesar do frio, a energia do nosso *sunset* aqueceu a noite e proporcionou momentos de diversão e descontração.

IMPORTÂNCIA ASSOCIATIVISMO
21NOV'18



Mariana Ferreira

Nesta conferência foi possível receber o testemunho de vários convidados que explicaram como o associativismo lhes permitiu ganhar e aprimorar as suas *soft skills*.

NOITES SOCIOLOGICAS
23NOV'18



Filipa Costa

Na 2ª Edição das Noites Sociológicas foi debatido o tema das Desigualdades étnico-raciais, sendo um evento que, mais uma vez, juntou estudantes e docentes de sociologia à volta deste tópico tão relevante nos dias de hoje.

WORKSHOP - CARTA DE MOTIVAÇÃO
14DEZ'18



Mariana Ferreira

Para os nossos estudantes irem mais bem preparados para as suas candidaturas a Mestrado, o NESISCTE desenvolveu um Workshop de Carta de Motivação para Mestrado.

AS NOSSAS SUGESTÕES

LIVROS

Joana Gorjão Henriques (2018), *Racismo no País dos Brancos Costumes*, Lisboa, Tinta da China.

Uma professora universitária a quem perguntam, no hospital, se sabe ler; um advogado a quem um dia um polícia disse: «Um preto é sempre suspeito.». São histórias reais e acontecem em Portugal, hoje. Compõem o retrato de um país que continua a viver no mito do não-racismo, e onde ainda há quem encontre listas de escravos (com os respetivos preços) nos baús dos avós, entre outros brandos - brancos - costumes.

João Peixoto, Daniela Craveiro, Jorge Malheiros, e Isabel Tiago de Oliveira (2017), *Migrações e sustentabilidade demográfica: Perspetivas de evolução da sociedade e economia portuguesas*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Este livro apresenta os resultados de uma investigação e aborda o papel das migrações na sustentabilidade demográfica de Portugal a curto, médio e longo prazo, tendo por base o conceito de migrações de substituição e a construção de cenários prospetivos até 2060.

TEATRO

Boudoir. A partir de *A filosofia na alcova* de Marquês de Sade.

Direção: Martim Pedroso

Até 10 de Março, no Teatro da Trindade. Apenas para maiores de 18 anos.

Sade, no seu programa literário e filosófico, propõe uma nova ordem mundial, tentando furar os tabus mais secretos. Contudo, não é por isso que não deixamos de contactar com a mais bela literatura e poesia em sintonia com uma verdadeira vontade de provocar a excitação física e intelectual no leitor. É este o ponto de partida para a dramatização de um espetáculo que pretende, acima de tudo, celebrar a liberdade do corpo e do pensamento na sociedade contemporânea.

CINEMA

O Círculo (2017)

Realizador: James Ponsoldt

O Círculo conta a história de Mae e a sua trajetória numa empresa de tecnologia prestigiada, evidenciando-se aspetos relacionados com a monitorização laboral, a *big data* e a redefinição dos limites da privacidade. Ao assistir ao filme será interessante pensar como numa sociedade em que os dispositivos tecnológicos se tornam cada vez mais presentes no nosso quotidiano, mais ténue se torna a perceção de que somos vigiados através deles em prol dos benefícios que retiramos da sua utilização.

A TUA VOZ

NAUFRÁGIO DO SIGNIFICADO

João Gil

Um pouco por todo o mundo
Os homens velhos morrem
E os homens novos nascem.
Um pouco por todo o mundo
A felicidade alterna com a tristeza
Ao ritmo do esquecimento.
Um pouco por todo o mundo
Existem homens,
Existem mulheres,
Existem sonhos e memórias,
Traumas e ambições,
Atravessam-se paisagens
E descem-se ruas estreitas
Em busca de significado.
Algures neste mundo,
Nos poucos espaços onde ainda não há homens,
O significado da vida naufragou,
Enquanto fugia daqueles que o caçavam,
Perseguindo o seu reflexo na água.
Um pouco por todo o mundo
Sente-se a ausência do significado,
Não se encontra a sua memória,
Não se sabe da sua existência.
O significado da vida naufragou.

REVIR A VOLTA

Liliana Azevedo

Migrar
Emigrar
Imigração.
Migrante que emigra
Migra para voltar.
Vai e vem
Vai na volta
Volta, não volta
Volta de vez.
Voltou, reviravolta
Reemigrou!

ESTE ESPAÇO TAMBÉM PODE SER TEU.

**FOTOS, CARTOONS, MICROCONTOS, PENSAMENTOS,
POESIAS E ATÉ MEMES .**

DESDE QUE SEJAM DE CRIAÇÃO ORIGINAL.

ENVIA PARA O NUCLEOSOCIOLOGIA.ISCTE@GMAIL.COM E RESERVA O TEU ESPAÇO NA PRÓXIMA EDIÇÃO

AGENDA SOCIOLOGICA

FEVEREIRO

22

Seminário Internacional “Diversidades e migrações na cidade empreendedora”; ISCTE-IUL, Auditório Mário Murteira; 10:30-18:30

28

FEVEREIRO

Colóquio “O Trauma no Olhar de Diferentes Culturas”; Centro de Informação Urbana de Lisboa – CIUL; 10:00-18:00

MARÇO

08

3ª EDIÇÃO DAS NOITES SOCIOLOGICAS; LIVRARIA BARATA; 21:45

22

MARÇO

Conferência “*Effective Writing up of a qualitative PhD*”; ISCTE-IUL, Edifício II, Auditório B2.04; 18:00

MARÇO

26

3ª EDIÇÃO DO NESQUIZ; 22:00; MAIS INFO EM WWW.NESISCTE.COM

Seminário “Questão social”, sofrimento e medicalização da vida; NOVA FCSH, Edifício ID, Sala 0.06; 18:00-20:00

27

MARÇO

Seminário “NOVAs Migrações - New Migration”; NOVA FCSH, Torre B, 1.º Piso, Auditório 1; 14:00-20:00

MAIO

10

Conferência “Políticas públicas e comunidade local no final do Caminho de Santiago”; ISCTE-IUL, Edifício II, Auditório B2.04; 18:00

